



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

NILMA DEISE MAXIMINO DE MELO

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs) E LIVRO DIDÁTICO
DE PORTUGUÊS (LDP): A ORALIDADE PROMOVENDO DIVERGÊNCIA**

CAMPINA GRANDE – PB

2014

NILMA DEISE MAXIMINO DE MELO

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs) E LIVRO DIDÁTICO
DE PORTUGUÊS (LDP): A ORALIDADE PROMOVENDO DIVERGÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria do Estado de Educação – SEED, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista, sob a orientação da Prof^a. Ms. Maria Divanira de Lima Arcoverde.

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M464p Maximino, Nilma Deise
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Livro Didático de Português (LDP) [manuscrito] : a oralidade promovendo divergência / Nilma Deise Maximino. - 2014.
34 p. : il. color.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Profa. Ma. Divanira de Lima Arcoverde, Departamento de Letras".

1. Oralidade 2. Parâmetros Curriculares Nacionais 3. Livro Didático I. Título.

21. ed. CDD 371.2

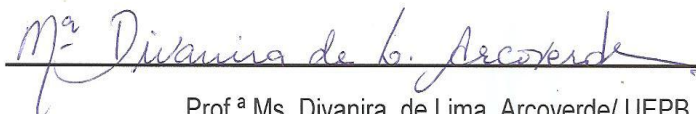
NILMA DEISE MAXIMINO DE MELO

**PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs) E LIVRO DIDÁTICO
DE PORTUGUÊS (LDP): A ORALIDADE PROMOVENDO DIVERGÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria do Estado de Educação – SEED, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista, sob a orientação da Prof.^a. Ms. Maria Divanira de Lima Arcoverde.

Aprovada em 30 / 08 / 2014

Banca Examinadora



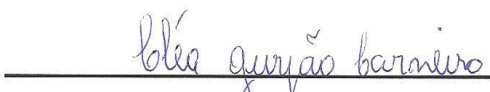
Prof.^a Ms. Divanira de Lima Arcoverde/UEPB

Orientadora



Prof.^a Ms. Maria de Fátima Coutinho /UEPB

Examinadora



Prof.^a Ms. Cléa Gurjão Carneiro /UEPB

Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB

2014

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Francisca Messias Maximino, pelo carinho, dedicação e colaboração, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus,

por ter me dado força para enfrentar cada obstáculo encontrado ao longo deste curso.

Ao Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho,

por viabilizar a conquista de mais esse título.

À professora Maria Divanira de Lima Arcoverde,

pela colaboração em mais uma conquista.

Aos professores do Curso de Especialização,

pela contribuição, por meio das disciplinas e dos debates, no desenvolvimento desta pesquisa.

A toda minha família,

pela compreensão e pelo carinho demonstrado durante toda minha vida e, sobretudo, na realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

*"As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor.
Aprendemos palavras para melhorar os olhos."*

*"Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem...
O ato de ver não é coisa natural.
Precisa ser aprendido!"*

Rubem Alves

RESUMO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais reconhecem a importância do domínio da língua oral e escrita para a participação social efetiva do educando. No entanto, a modalidade oral da língua tem sido relegada a segundo plano. A maioria dos manuais didáticos privilegia apenas a língua escrita, ignorando total ou parcialmente as orientações oferecidas nos documentos oficiais. Sendo assim, nosso trabalho tem por objetivo analisar o tratamento dispensado às práticas de oralidade trabalhadas pelos manuais didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio, confrontando abordagens e estratégias apresentadas por dois manuais do 2º ano que apresentam esse conteúdo. Ao desenvolver a pesquisa, verificou-se que apesar de, na apresentação, citarem a modalidade oral da língua como temática a ser trabalhada, pouco desse assunto é abordado. Utilizou-se para subsidiar a pesquisa as contribuições teóricas de Bentes (2010), Castilho (1998), Fávero (2011) e Marcuschi (2001).

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade. Parâmetro Curricular Nacional. Livro didático

ABSTRACT

The National Curriculum Guidelines recognize the importance of the mastery of oral and written language for effective social participation of the student. However, the oral modality of the language has been relegated to the second plan. Most textbooks favors only the written language, wholly or partially ignoring the guidelines offered in the official documents. Thus, our work aims to analyze the treatment given to the practices of orality worked by textbooks of the Portuguese Language in high school, confronting approaches and strategies presented by two manuals of the 2nd year which present this content. In developing the survey, it was found that, although at the presentation, they cite the oral modality of the language as a subject to be imaged, little of this subject is addressed. We used to subsidize the research the theoretical contributions of Bentes (2010), Castillo (1998), Favero (2011) and Marcuschi (2001).

KEYWORDS: Orality. National Curriculum Parameters. Textbook

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Reflexões sobre a modalidade oral nos PCNs.....	13
2.1. O espaço da modalidade oral na sala de aula.....	16
2.2. A modalidade oral no ensino de Língua Portuguesa.....	19
3. Analisando as práticas da modalidade oral.....	23
3.1. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).....	23
3.2. O tratamento dado à modalidade oral no livro didático.....	24
3.2.1. LD1.....	24
3.2.2. LD2.....	27
Considerações finais.....	32
Referências	34

1. INTRODUÇÃO

Desde que começamos a falar, fazemos uso da língua em sua modalidade oral. É através dela que conquistamos amigos, namoramos, participamos de entrevistas de emprego, enfim interagimos socialmente. Nesse sentido, entende-se oralidade como prática social, o que significa admitir que a modalidade oral reúne gêneros textuais diversificados para atender a variados propósitos comunicativos, daí poder materializar-se textual e discursivamente sob diferentes registros (do informal ao mais formal), de acordo com a situação de uso da língua. (MARCUSCHI, 2001, p.25).

A eficácia dessa modalidade de uso da língua deve ser verificada na forma como pessoas não letradas produzem textos orais coerentes e coesos, mesmo sem o domínio de teorias da linguística textual ou mesmo da concepção de linguagem vista como produto social. No entanto, a escola ainda continua privilegiando a modalidade escrita como objeto de estudo, relegando à oralidade um papel secundário ou até inexistente. Como afirma Marcuschi (2001) “A fala é uma atividade muito mais central do que a escrita no dia-a-dia da maioria das pessoas. Contudo, as instituições escolares lhe dão atenção quase inversa à sua centralidade na relação com a escrita.” (p.19)

Na escola pública brasileira, o livro didático se constitui como um dos principais materiais de apoio ao docente, quando não o único. Assim sendo, há uma necessidade de que esse material seja bem elaborado, que contemple em suas atividades, não só o uso da língua na modalidade escrita, mas também a oralidade, dada a sua função social. No entanto, não é o que se verifica. Segundo esse mesmo teórico, a maioria dos Livros Didáticos de Português (LDPs) não explicita a noção de língua que operam, tomando-a como um simples instrumento de comunicação não problemático, capaz de funcionar com transparência e homogeneidade, não tendo, portanto, espaço para o estudo da oralidade em seu contexto.

Os alunos das escolas públicas brasileiras, na maioria dos casos, são oriundos das camadas mais pobres da sociedade e carregam consigo os reflexos de um meio iletrado, marcado por uma linguagem muito informal, carregada de vícios. Trabalhar a oralidade no âmbito escolar não significa corrigir a fala desses alunos, mas oferecer um espaço em que eles possam interagir, apresentar pontos de vista, enfim expressarem o que pensam, sentem e são. A escola precisa acima de tudo respeitar e acolher a vez e a voz, a diferença e a diversidade. Afinal, fazer uso da modalidade oral é algo que requer confiança em si mesmo.

Além disso, o ensino médio é a fase final da educação básica que corresponde ao início da vida produtiva do jovem. É nesse período que ele está se inserindo no mercado de trabalho e precisa ter segurança para interagir oralmente de forma clara e objetiva, cabendo à escola prepará-lo para adequar sua fala às situações de uso na vida prática.

Nessa perspectiva, nossa pesquisa tem por objetivos: a) analisar o tratamento dispensado às práticas de oralidade trabalhadas pelos manuais didáticos de Língua Portuguesa do ensino médio; b) confrontar as abordagens e estratégias apresentadas por dois manuais didáticos que apresentam esse conteúdo.

Para tanto, serão coletadas propostas de atividades que envolvam o uso da modalidade oral no livro didático, apresentando discussões que ampliem as investigações existentes nessa área.

Nosso trabalho será desenvolvido a partir da análise de dois livros didáticos de Língua Portuguesa do 2º ano do Ensino Médio, utilizados por professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Miguel Leão, localizada no distrito de São José da Mata e pertencente à 3ª Gerência Regional de Ensino em Campina Grande, Paraíba. Os livros são de autores e anos distintos de publicação: o primeiro será da coleção *Novas Palavras* de Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antonio (2010) e o segundo, *Português Linguagens*, de William R. Cereja e Thereza C. Magalhães ((2012).

2. Reflexões sobre modalidade oral nos PCNs

O uso da modalidade oral é uma atividade muito mais importante do que a escrita no cotidiano da maioria das pessoas. É através dela que interagimos socialmente, explicitando o que queremos, o que somos e o que pensamos. Por ser demasiadamente praticada, muitos acreditam que a oralidade não deve ser objeto de estudo na escola, anulando a relevância que a mesma detém nos contextos sociais.

A importância dessa modalidade discursiva em nossa prática social é antiga, mas apenas em 1997, com a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNs), referentes às quatro primeiras séries da educação fundamental, é que passou a ser institucionalizada. Já na apresentação do documento, lê-se:

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha e constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes lingüísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável a todos. (PCN, p.15)

Como verificamos, o documento ressalta quão valorosa é a língua, seja oral ou escrita, para a prática social efetiva, destacando a necessidade de a escola ensiná-la. Ao falar dessa necessidade fica claro que o documento não está fazendo referência apenas à escrita, mas também à oralidade, como forma de promover a cidadania.

A escola sempre foi um espaço heterogêneo por englobar a diversidade, seja étnica, social, sexual e, principalmente dialetal. Trabalhar a oralidade em sala de aula, não significa tentar homogeneizar as diversas manifestações lingüísticas em favor de um determinado dialeto. A questão não é a correção da fala, mas sua adequação as circunstâncias de uso, para a obtenção do efeito pretendido. Sobre isso, o PCN afirma que:

Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais: planejamento e realização de entrevistas, debates, seminários, diálogos com autoridades, dramatizações e etc. Trata-se de propor situações didáticas nas quais essas atividades façam sentido de fato, pois seria descabido “treinar” o uso mais formal da fala. (p.32)

Nesse sentido, a escola precisa criar ambientes favoráveis a manifestações do aluno a fim de que ele expresse o que pensa, sente e é. Precisa acima de tudo respeitar e acolher a vez e a voz, a diferença e a diversidade. Afinal expressar-se oralmente é algo que requer confiança em si mesmo.

A relevância da língua na modalidade oral é bastante acentuada nos PCNs de ensino fundamental, mas também não passa despercebida neste documento destinado ao ensino médio, quando este trata a importância da linguagem para a inserção do indivíduo ao mundo social. *“A linguagem é considerada aqui como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidade e experiências da vida em sociedade.”* (PCN, 1999, p.13). Ainda de acordo com esse documento, a linguagem verbal falada serve como mediadora entre as relações humanas, além de pressupor uma competência social de utilizar a língua de acordo com as expectativas em jogo.

Para que o aluno do ensino médio não tenha dificuldade para prosseguir os estudos, nem participar da vida social, o PCN desse nível de ensino estabelece algumas competências que devem ser desenvolvidas no processo de ensino-aprendizagem, dentre elas: *Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização de mundo e da própria identidade.* (p.45) Nesse sentido, a escola precisa garantir no seu espaço o uso da língua, tanto na modalidade oral quanto na escrita, como forma de instrumentalizar o aluno para o seu desempenho social. Ela precisa oferecer as condições para que o aluno tenha o poder de dizer/escrever, de ser alguém que merece ser ouvido/lido. Assim, o documento concebe a língua portuguesa em sua dualidade, não havendo lugar para favoritismo.

Os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba também destacam a importância da modalidade oral no ensino de língua portuguesa a partir de seus objetivos:

- *explicitar os objetivos para o ensino de língua portuguesa, tendo em vista o perfil do usuário da língua(gem) que se pretende formar;*
- *fornecer subsídios teóricos e metodológicos aos professores de Língua Portuguesa na definição dos eixos estruturantes dos objetos de ensino (práticas de linguagem: **escuta** (grifo nosso), **leitura**, **produção oral** (grifo nosso) e **escrita**, análise lingüística) a serem desenvolvidos nas propostas pedagógicas das escolas;*
- *resignificar o ensino noturno de língua portuguesa;*
- *fornecer subsídios teóricos e metodológicos para a prática de avaliação de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa. (2006, p.19)*

Observamos que no segundo objetivo, a produção de textos orais, assim como a escuta são apresentadas como eixos estruturantes no ensino de língua portuguesa. De acordo com o documento, a prática da fala no ensino dessa disciplina deve permitir a compreensão da oralidade em si mesma e na sua relação com a escrita. Compreender a oralidade em si mesma significa ressaltar o trabalho de caracterização dos gêneros orais nos seguintes níveis: as condições de produção, o propósito comunicativo, a organização textual e a escolha das unidades lingüísticas.

Já a relação da fala com a escrita deve ser apresentada basicamente sob duas formas de atividades: na oralização da escrita ou na retextualização. A primeira implica dizer que as atividades exigem outros recursos paralingüísticos como gestos, voz, movimentos dentre outros. A recitação de poemas e a encenação de uma peça teatral podem ser citados como exemplos dessa relação fala/escrita. A segunda é uma atividade voltada para a passagem da fala para a escrita, em que as transformações são necessárias e devem ser observadas, dependendo do objeto e da esfera de circulação.

Ainda segundo os referenciais, o trabalho com os gêneros orais deve ser sistemático, intencional, planejado e reflexivo para que o universo do educando se amplie de forma consciente. No entanto, o trato com a oralidade dentro da sala de aula requer do professor um cuidado bem mais acentuado, uma vez que essa atividade pode gerar constrangimento para o aluno, dependendo da

forma como for desenvolvida. Trabalhar a modalidade oral da língua no âmbito escolar é instrumentalizar o educando para melhorar o seu desempenho comunicativo, tanto dentro da sala de aula quanto na sua vida prática.

As reflexões apresentadas a partir dos documentos oficiais deixam clara a necessidade de inclusão da oralidade nas aulas de Língua Portuguesa, seja no ensino fundamental ou médio. Elas fundamentam a importância dessa modalidade da língua no processo de interação social e cultural do educando. Nesse contexto, a escola, apesar de sua resistência, torna-se o ambiente de união entre as duas faces dessa mesma moeda, afinal *a língua é a grande ferramenta diária da qual ninguém poderá abdicar durante toda sua vida, venha ele a fazer seja lá o que for.* (MARCUSCHI, 2001, p.30)

2.1. O espaço da modalidade oral na sala de aula

Como vimos, a abordagem escolar da modalidade oral da língua intensificou-se a partir de 1997 com as propostas dos PCNs que incluíam reflexões pedagógicas para desenvolver as habilidades de comunicação oral nas aulas de língua materna. Antes, o foco era na competência comunicativa para que os alunos pudessem perceber os diferentes efeitos de sentidos e as diferentes adequações da língua às situações comunicativas reais.

Nesse sentido, a linguagem era compreendida como instrumento de comunicação, sendo a língua entendida como um sistema de códigos imutáveis que transmite mensagens de um emissor para um receptor. Travaglia (2006) argumenta que:

[...] a língua é vista como um código, ou seja, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor. Esse código deve, portanto, ser dominado pelos falantes para que a comunicação seja efetivada. (TRAVAGLIA, 1997, p. 22).

Vista dessa forma, a língua passa a ser encarada de modo muito mais restrita, pois o foco está situado apenas no seu funcionamento interno e o sujeito, bem

como as condições de produção da língua, são desconsiderados, embora sejam signos importantes na interrelação linguística pelos falantes de língua portuguesa.

De acordo com o PCN de Ensino Médio, o processo de ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se em propostas interativas língua/linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral. Assim, o caráter social e interativo da linguagem contrapunha-se ao uso tradicional da linguagem, deslocado do contexto social. O trabalho do professor seria, portanto, de desenvolvimento e de sistematização da linguagem interiorizada pelo aluno, incentivando a verbalização da mesma e o domínio de outras utilizadas em diferentes esferas sociais.

Ao mencionar a verbalização da linguagem por parte do aluno como proposta a ser desenvolvida no âmbito escolar, o documento já deixa claro a existência de uma dualidade no trato com a língua materna: a verbalização pode se dar por meio da escrita e sobretudo da fala, ressaltando a importância da modalidade oral da língua no trabalho do professor.

Teoricamente, a oralidade deveria ser rotina nas aulas de língua portuguesa e no ensino de um modo geral, dada a sua relevância na vida social, cultural e profissional do educando. Sobre isso, Castilho (1998) argumenta que a incorporação da oralidade nas aulas aproximaria dois mundos, muitas vezes, tão opostos: a escola e a vida:

Via de regra o aluno não procede de um meio letrado. Sua família enfrenta as tensões da vida urbana, uma novidade para muitas delas. A escola deve iniciar o aluno valorizando seus hábitos culturais, levando-o a adquirir novas habilidades desconhecidas de seus pais. O ponto de partida para a reflexão gramatical será o conhecimento lingüístico de que os alunos dispõem ao chegar à escola: a conversação. (CASTILHO, 1998, p. 21)

Nesse contexto, a oralidade seria o ponto de intersecção entre o ensino de língua materna desenvolvida na escola e a língua que faz parte do mundo e da vivência do educando. No entanto, fazer essa ponte exige do professor, muitas vezes, um conhecimento de que ele não dispõe por não ter tido acesso a tais

teorias durante sua formação acadêmica, não ter tempo para aperfeiçoar-se ou simplesmente por julgar a oralidade um conteúdo desnecessário, uma vez que o aluno já chega á escola falando.

Segundo Bentes (2010) mesmo quando os professores assumem que a oralidade e as práticas e/ou gêneros a ela ligados são essenciais para o desenvolvimento das competências lingüísticas e comunicativas dos alunos, ainda têm dúvidas sobre os princípios teórico-metodológicos que devem assumir e quais as práticas e/ou gêneros orais devem trabalhar em sala de aula.

A autora ainda argumenta que o trabalho com a oralidade nas séries iniciais acontece de forma mais espontânea por promover uma interação mais próxima e significativa entre os pares e entre alunos e professor, fazendo com que este dê maior atenção ao que os alunos falam. Já a partir da segunda fase do ensino fundamental, há uma mudança drástica. A sala de aula passa a ser o lugar social onde a fala do professor é preponderante, através de aulas expositivas que têm por objetivo principal transmitir informações. Assim, há um retrocesso, pois a linguagem volta a ser concebida como instrumento de comunicação.

Essa realidade promove uma negação da existência do outro como ser pensante, uma vez que o aluno apenas recebe autorização para falar, quando é para parafrasear ou complementar as informações fornecidas pelo professor.

*“É nesse contexto que se forma o **discurso da aula**, (grifo da autora) caracterizado principalmente pela perda do reconhecimento do outro como interlocutor e pela flutuação entre presença e ausência do aluno em termos cognitivos do que acontece na sala de aula.”*
(BENTES, 2010, p. 146)

Assim, à medida que vai aumentando o nível de escolaridade na educação básica, vai diminuindo o desenvolvimento de atividades que ampliam as competências comunicativas dos alunos no que diz respeito à fala, ao reconhecer o outro como interlocutor legítimo no processo de

comunicação. Priorizar a modalidade oral da língua, nesse contexto, significa abrir mão do processo de construção do conhecimento.

Sobre isso, Bentes (2010) discorda ao afirmar que é perfeitamente possível a aquisição do conhecimento ao se trabalhar a oralidade à medida que promove a inserção do educando no mundo social como cidadão de uma sociedade democrática. Para tanto, ela sugere a mudança dos objetivos a serem alcançados. Desta feita, o professor precisa priorizar a exploração de gêneros midiáticos como notícias, comentários, entrevistas televisivas, já que estes gêneros objetivam ensinar o aluno a ouvir o outro. Afinal “trabalhar com o campo da oralidade pressupõe necessariamente a contínua apuração do ouvido”. (BENTES, p.147).

No entanto, a apuração da audição não é uma atividade restrita aos alunos. O professor que pretender trabalhar no campo da oralidade deve ter uma escuta e um olhar mais apurados para saber usar estratégias didáticas, metodologias e avaliações que permitam a utilização das práticas orais na produção social dos sentidos.

A inserção da oralidade no trabalho do professor requer desse profissional mais que a aquisição de novas estratégias, metodologias, avaliações, requer uma mudança de mentalidade, em que ele se perceba e perceba seus alunos como agentes de um processo comunicativo que contempla o falar e ouvir em sua composição, sendo a sala de aula o espaço apropriado para se promover essa tomada de posição.

2.2. A modalidade oral no ensino de Língua Portuguesa

Como já foi dito anteriormente, não só os professores, mas a escola como um todo relega um papel secundário para o ensino da língua em sua modalidade oral. A escola ensina a escrita e deduz que a oralidade o aluno já domina. Daí

fazer-se desnecessário tratar desse assunto no âmbito escolar. Sobre isso, Fávero (2011) ressalta que:

A vida em sociedade permite o conhecimento e reconhecimento de duas modalidades de produção lingüística, a oral e a escrita. Isso significa que o aluno chega à escola com um determinado conhecimento desses modelos; entretanto por não ter sido exposto, na maioria das vezes, a reflexões sobre o processamento de cada uma dessas modalidades, atravessa o período escolar sem o discernimento desejado sobre as especificidades de uma ou de outra modalidade. (p. 13)

Observe que a autora admite a existência das duas modalidades de produção lingüística, bem como a coexistência de ambas no ambiente escolar. No entanto, reconhece a necessidade de se refletir sobre o processamento de cada uma delas com forma de conhecê-las.

A autora ainda acrescenta que fala e escrita apresentam os mesmos traços e que o conhecimento de suas especificidades é o que permite diferenciá-las. Salienta também que “*as diferenças entre as duas modalidades ocorrem dentro de um **continuum** tipológico e precisam ser vistas na perspectiva do uso e não como características intrínsecas. (p. 13)*

Assim, a grande diferença entre fala e escrita encontra-se apenas no modo de verbalização e depende inteiramente da postura do locutor/enunciador:

O oral e o escrito se diferenciam por escolhas feitas pelo locutor/enunciador, determinadas pela adequação a cada modalidade em cada um dos gêneros textuais por meio dos quais elas se manifestam (entrevistas, requerimento, receita culinária, conto, atestado, conversa telefônica, consulta médica etc.). Além disso, é preciso observar a importância do suporte que permite a efetivação do texto (radio, TV, internet, jornal, revista, outdoor etc.), o contexto em que se encontram os interlocutores e a interação que se estabelece entre elas. (FÁVERO; 2011, p. 14)

Como se observa, a diferença entre fala e escrita é explicitada pelas escolhas do locutor, no que tange gênero textual, suporte e contexto. Apesar disso, há a necessidade de integração entre essas duas modalidades de produção lingüística, sendo o estudo da oralidade realizado de forma concomitantemente ao da escrita no âmbito escolar, o que não ocorre na prática.

Segundo Marcuschi (2001) a preocupação da escola em trabalhar com a escrita é tamanha que existe uma facilidade na seleção de textos escritos e na criação de exemplos para o estudo das mais diversas e intrincadas regras gramaticais, o que não acontece com a língua na modalidade oral. Para ele, a visão monolítica da língua que a maioria dos autores de manuais didáticos tem os leva a postular um dialeto de fala baseado na escrita, sem a existência de uma preocupação com as relações mútuas que há entre fala e escrita.

Esse teórico ainda argumenta que trabalhar a fala em sala de aula não significa transformá-lo em um conteúdo independente, isolado. A fala tem estreita relação com a escrita. Há, nesse sentido, uma interdependência em que uma influencia a outra e se complementam.

Para esse estudioso, trabalhar a oralidade dentro do espaço escolar contribui na formação cultural, na preservação das tradições, além de auxiliar no combate à discriminação linguística e nas suas formas de disseminação.

O trabalho com a oralidade pode, ainda, ressaltar a contribuição da fala na formação cultural e na preservação de tradições não escritas que persistem mesmo em culturas em que a escrita já entrou de forma decisiva. [...] Dedicar-se ao estudo da fala é também uma oportunidade singular para esclarecer aspectos relativos ao preconceito e à discriminação linguística, bem como as suas formas de disseminação. Além disso, é uma atividade relevante para analisar em que sentido a língua é um mecanismo de controle social e reprodução de esquemas de dominação e poder implícitos em usos linguísticos na vida diária, tendo em vista suas íntimas, complexas e comprovadas relações com as estruturas sociais. (MARCUSHI, 2001, p.23)

A importância de se trabalhar a oralidade aqui postulada é inegável. No entanto, o trabalho com a língua, seja na modalidade oral ou escrita, é sempre função relegada ao professor de Língua Portuguesa. Os demais profissionais, apesar de fazerem uso dela para ministrarem suas aulas e para fazerem suas atividades avaliativas, acabam deixando que o aluno associe a língua portuguesa apenas à disciplina desse mesmo nome. É como se somente o professor de português a utilizasse.

Sendo assim, a escola precisa ter cuidado para que o conteúdo “oralidade” não se torne um assunto exclusivo dessa disciplina e sendo apenas um assunto deixe de fazer parte da vida diária do aluno. A fala deve ter seu espaço garantido em qualquer área do conhecimento, afinal ela é uma forma de expressar aquilo que pensamos e sentimos e essa necessidade de expressão não ocorre apenas nas aulas de Língua Portuguesa.

3. Analisando as práticas da modalidade oral

3.1. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Como sabemos, no ensino público brasileiro, o livro didático se constitui como um dos recursos mais importantes para a aprendizagem, quando não o único. O Governo Federal garante a distribuição gratuita desse material em todas as escolas públicas do Brasil por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Esse programa tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos. Após a avaliação das obras, o Ministério da Educação (MEC) publica o Guia de Livros Didáticos com resenhas das coleções consideradas aprovadas. O guia é encaminhado às escolas, que escolhem, entre os títulos disponíveis, aqueles que melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1929. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil.

A escolha das obras no PNLD é de responsabilidade de secretarias de educação, diretores, coordenadores e também de professores. Por isso, é necessário conhecer bem o processo para garantir que os livros didáticos selecionados realmente sejam adequados e atendam à necessidade daqueles que vão utilizá-los no próximo triênio letivo: professores e alunos.

Das coleções avaliadas e aprovadas pelo MEC, selecionamos dois livros didáticos do 2º ano médio, pertencentes às coleções *Novas Palavras*, de Emília

Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite e Severino Antonio (2010) e o *Português Linguagens*, de William R. Cereja e Thereza C. Magalhães ((2012) para realizarmos nosso trabalho. Optamos por estas coleções, uma vez que são bastante utilizadas nas escolas públicas da rede estadual da Paraíba.

3.2. O tratamento dado à modalidade oral no livro didático

3.2.1. LD1

O primeiro livro didático a ser analisado pertence à coleção *Novas Palavras* de Emília Amaral, Mauro Ferreira, Ricardo Leite, Severino Antônio, da Editora FTD. Este manual didático do 2º ano do Ensino Médio encontra-se dividido em três seções, sendo a primeira composta por nove capítulos e destinada exclusivamente à Literatura, a segunda, com oito capítulos, contempla apenas a Gramática e a terceira e última, também com oito capítulos, reservada para Redação e Leitura.

Ao final do livro, os autores oferecem um espaço reservado ao professor, onde fazem a apresentação do manual e dão as orientações específicas, detalhando os conteúdos que constituem os capítulos de cada um dos três setores. A questão da oralidade só é citada na seção destinada à Redação e Leitura. Aqui, os autores reconhecem a diversidade de gêneros textuais, destacando as situações orais de produção da linguagem, em contextos variados.

Apesar de fazer menção à oralidade apenas no setor Redação e Leitura, encontramos algumas atividades na seção de Literatura, em todos os capítulos, que nos remetem a esse conteúdo. É o que se percebe no box “Em tom de conversa”:

1. Ele se dirige a partes do corpo da mulher amada: tranças, mãos, olhos, rosto (gesto), lábios.
Professor: fazer observar que o verso 12 resume, nas expressões "perfeições" e "dons encantadores", a lista de invocações semeadas ao longo do soneto.

2. O Amor prende, subjuga o eu lírico com as tranças da mulher amada. O eu lírico é fascinado pela beleza dos cabelos da amada.

3. "mãos de neve"

4. No pretérito mais-que-perfeito do indicativo. Foi empregado com valor de futuro do pretérito: "morreria".

5. "Favor" significa obséquio, algo que se concede sem obrigação. No contexto, significa a dádiva que Júpiter gostaria de receber dos lábios da mulher amada: beijos muito doces.

6. O eu lírico pergunta se todos os atributos de perfeição descritos ao longo do poema pertencem a Vênus. Responde dizendo que eles são de Marília. Portanto, Marília se compara à deusa da beleza e do amor.

Em tom de

CONVERSA

Antes de fazer as atividades de releitura, para interpretar e comparar os dois textos, ajude seus colegas a responder às seguintes questões sobre o texto 1.

1. A quem se dirige o eu lírico do texto 1?
2. Qual o significado da oração "de que Amor prisão me tece"?
3. A que termo anterior se refere a expressão "ó par sagrado", da primeira estrofe?
4. Em que tempo está o verbo **morrer** no verso 8? Com qual valor esse tempo verbal foi empregado?
5. Como se pode interpretar o substantivo "favores" na terceira estrofe?
6. Nos dois últimos versos há uma comparação implícita. Explique-a.

Observe que o título do box sugere uma conversa e conseqüentemente a recorrência à modalidade oral da língua. No entanto, quando se analisa a atividade, percebe-se que as questões não são claras o suficiente para que o professor e também os alunos as respondam oralmente. Da forma como são apresentadas, ambas as modalidades da língua podem ser empregadas para respondê-las. Até mesmo as orientações dadas ao professor, não desfazem as duas possibilidades.

Na seção reservada para o estudo da gramática, não há nenhuma referência à língua em sua modalidade oral. Essa questão, entretanto, volta a se repetir na seção seguinte, já no primeiro capítulo, quando se inicia o estudo dos elementos contextuais e dos gêneros textuais, sendo o *Discurso* o primeiro deles.

O trabalho começa com atividades de leitura; depois chegará o momento de falar, ouvir e escrever. Para tanto, são apresentados vários textos para leitura, em seguida são explicitadas as características do gênero *Discurso* e logo depois é sugerida a seguinte atividade:

As produções e as respostas dos exercícios devem ser apresentadas NO CADERNO.

Atividades

Imagine que você está participando de uma gincana, promovida pelo grêmio estudantil da sua escola. Entre as provas, uma lhe foi destinada: falar, durante 5 minutos, aos colegas e professores sobre um dos temas indicados a seguir.

Sugerimos fazer um sorteio dos temas com todas as equipes e disponibilizar 15 minutos para a preparação da fala.

autoestima	discriminação	globalização	harmonia	violência
diálogos	escola	internet	jovem	ONGs
cidadania	família	limites	medo	televisão
sexualidade	relacionamentos	profissão	política	namoro

É importante dividir a classe em grupos e realizar os sorteios, de modo a permitir que cada grupo (representado por um ou mais alunos) registre esta experiência, que deverá ser seguida de uma avaliação da classe sobre os aspectos positivos e os negativos dela resultantes.

2. Suponha que ao ligar para a casa de um(a) amigo(a) atenda a secretária. Deixe um recado, no qual você consiga explicar, em poucas palavras, as razões pelas quais é importante e urgente uma conversa íntima entre vocês, esclarecendo algumas questões que estão atrapalhando o relacionamento.

Lembrete: Não esqueça que ao escrever a palavra é preciso lutar em busca da melhor forma de expressão. Portanto...

As duas situações hipotéticas criadas pelos autores fazem com que os alunos exercitem a fala dentro da sala de aula, demonstrando claramente tratar-se de uma atividade oral. Além disso, as orientações fornecidas pelos autores (escritas de vermelho) confirmam o caráter oral da atividade.

Este manual do 2º ano traz a narrativa como tipologia textual preponderante. Vários gêneros narrativos são estudados, tais como: *discurso*, *diário pessoal*, *relatório*, *resenha*, além de trabalhar os elementos constituintes da narrativa de ficção e conseqüentemente o *conto*, como gênero textual representante desse tipo de narrativa.

A narrativa de ficção pode ser facilmente trabalhada na modalidade oral, como forma de explorar a capacidade criativa e imaginativa dos alunos. Ela ainda possibilita ao professor orientá-los na produção de textos orais à medida que fazem uso da fala dentro das salas de aula. No entanto, as atividades propostas pelo manual não apontam essa possibilidade. Todas contemplam apenas a escrita como forma de produzir textos narrativos.

Nesta seção, os autores voltam a fazer uso do boxe “Em tom de conversa” e mais uma vez o que parece ser uma atividade que envolve a língua em sua

modalidade oral é apenas mais um exercício confuso no qual os autores deixam margem para o uso das duas modalidades da língua e que acaba sendo respondido na modalidade escrita por falta de objetividade no enunciado.

De fato, o que se percebe neste manual é uma predominância da língua na modalidade escrita. As tentativas de introdução ao estudo da língua falada não passam de insinuações que se desfazem total ou parcialmente à medida que se analisa as propostas de atividade. Neste caso, o livro didático por si só não é suficiente, outros materiais devem ser incorporados para atender essa problemática. Enquanto isso, a fala vai sendo silenciada no âmbito escolar.

3.2.2. LD2

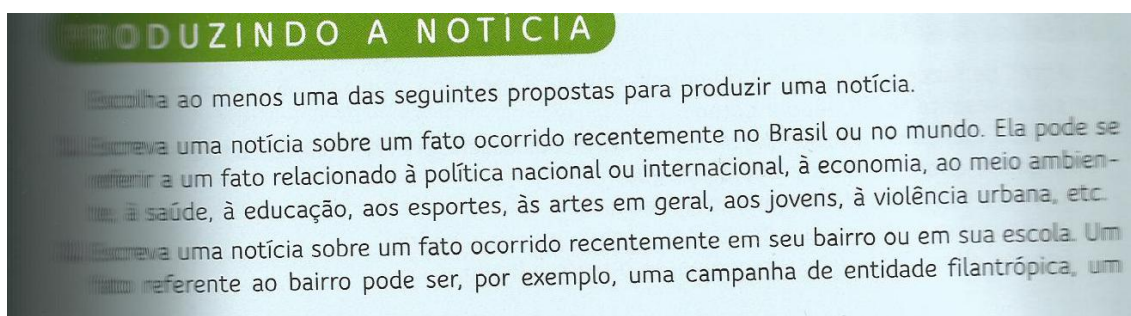
O segundo livro a ser analisado pertence à coleção *Português: Linguagens*, de William Roberto Cereja e Thereza C. Magalhães, da Editora Atual. Este manual didático do 2º ano do Ensino Médio encontra-se dividido em quatro unidades que por sua vez apresentam-se subdivididas em vários capítulos que contemplam Literatura, Produção de texto, Gramática e Interpretação textual.

Na capa de trás do livro, os autores apresentam a obra, destacando as inovações trazidas nesta oitava edição. No entanto, a questão da oralidade só é citada no segmento Produção textual, não como uma novidade, mas como um conteúdo já trabalhado nas edições anteriores. De acordo com a apresentação feita, o livro mantém o enfoque inovador- o dos gêneros textuais ou discursivos- procurando dar conta dos diferentes gêneros, **orais** e escritos, que circulam socialmente.

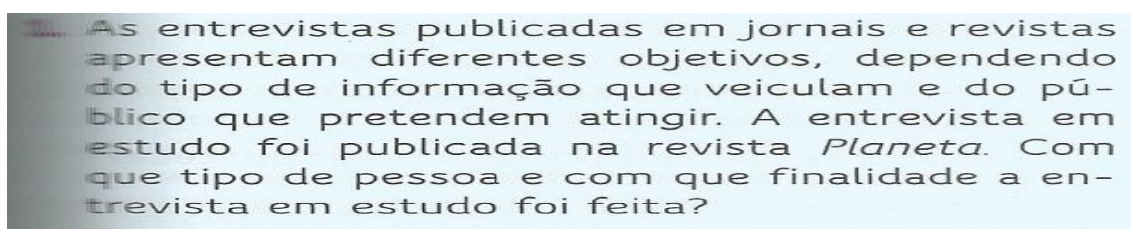
Apesar de ressaltar a existência dos gêneros orais em sua abordagem, o manual dá um enfoque mínimo a essa modalidade de texto. A primeira unidade é composta por treze capítulos que não fazem menção alguma à oralidade. Nesta unidade são trabalhados quatro gêneros textuais (o cartaz, o anúncio

publicitário, o texto de campanha comunitária e o conto) que privilegiam apenas a escrita.

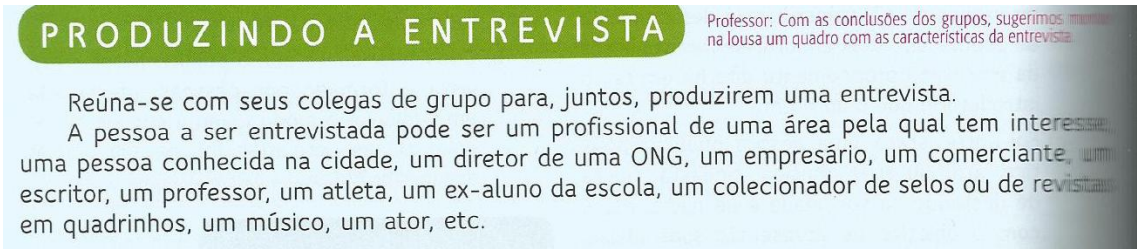
Da mesma forma é a segunda unidade. Formada por onze capítulos, essa unidade desconsidera os gêneros orais e dá ênfase à escrita ao trabalhar o conto, o conto de mistério e a notícia. As atividades propostas, após a exposição das características de cada gênero, envolvem apenas a produção de textos escritos. Embora a notícia seja um gênero jornalístico que pode ser trabalhado tanto na língua falada quanto na escrita, o enfoque dado no manual didático desconsidera a oralidade desse gênero e recorre mais uma vez a escrita como forma de produção textual.



Na terceira unidade, temos também onze capítulos e três gêneros textuais a serem trabalhados (entrevista, reportagem e mesa-redonda). Diferentemente dos capítulos anteriores, todos os gêneros apresentados nesta unidade tanto podem ser orais como escritos. O primeiro deles vem apresentado ao aluno através da transcrição de uma entrevista concedida pelo cineasta Fernando Meirelles à revista Planeta. Após a leitura do texto, são apresentadas onze questões que não remetem, em nenhuma delas, ao fato da entrevista também ser um gênero oral. A primeira delas já deixa claro a preferência dos autores pelo texto em sua modalidade escrita.



Observe que ao citar os meios de comunicação em que esses textos são apresentados à sociedade, os autores fazem referência a jornais (sem especificar se orais ou escritos) e revistas, deixando subtendido tratar-se de um gênero genuinamente escrito. Tal postura é reforçada no box “Produzindo a entrevista”, em que a proposta de produção consiste em entrevistar oralmente uma pessoa e depois transcrever a entrevista para o papel. O enfoque mais uma vez é dado à escrita e a oralidade é relegada a um segundo plano.



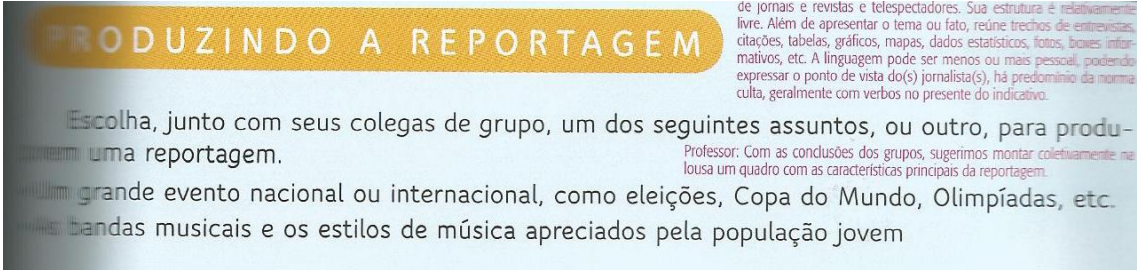
PRODUZINDO A ENTREVISTA

Reúna-se com seus colegas de grupo para, juntos, produzirem uma entrevista.

A pessoa a ser entrevistada pode ser um profissional de uma área pela qual tem interesse, uma pessoa conhecida na cidade, um diretor de uma ONG, um empresário, um comerciante, um escritor, um professor, um atleta, um ex-aluno da escola, um colecionador de selos ou de revistas, em quadrinhos, um músico, um ator, etc.

Professor: Com as conclusões dos grupos, sugerimos montar na lousa um quadro com as características da entrevista.

O próximo gênero textual a ser trabalhado dentro desta unidade é a *reportagem* e sua abordagem é bem parecida com a dada à entrevista. Os autores começam a trabalhar o gênero a partir da leitura de uma reportagem e em seguida propõem a resolução de onze questões que contemplam apenas o caráter visual do texto, sem fazer menção à sua modalidade oral. Logo em seguida, no box “Produzindo a reportagem” é apresentada uma proposta de produção textual:



PRODUZINDO A REPORTAGEM

Escolha, junto com seus colegas de grupo, um dos seguintes assuntos, ou outro, para produzir uma reportagem.

Um grande evento nacional ou internacional, como eleições, Copa do Mundo, Olimpíadas, etc.

Bandas musicais e os estilos de música apreciados pela população jovem

de jornais e revistas e telespectadores. Sua estrutura é relativamente livre. Além de apresentar o tema ou fato, reúne trechos de entrevistas, citações, tabelas, gráficos, mapas, dados estatísticos, fotos, boxes informativos, etc. A linguagem pode ser menos ou mais pessoal, podendo expressar o ponto de vista do(s) jornalista(s), há predomínio da norma culta, geralmente com verbos no presente do indicativo.

Professor: Com as conclusões dos grupos, sugerimos montar na lousa um quadro com as características principais da reportagem.

Como se percebe, a proposta faz referência a um texto escrito, uma vez que o texto produzido fará parte do jornal mural. A opção pela escrita é confirmada no último tópico do box “Planejando o texto”, quando os autores utilizam o verbo **escrever** (*Ao escrever, procurem empregar uma linguagem adequada ao*

gênero...) para orientar qual o tipo de linguagem que os alunos devem empregar para elaborarem a reportagem

Professor: Esta proposta permite um trabalho interdisciplinar com a área de artes, pois trabalhos com fotos, a diagramação e a arte final podem ser orientados pelo professor de artes.

• Coldplay, banda britânica.

PLANEJAMENTO DO TEXTO

- Façam uma reunião para decidir a divisão de tarefas entre os integrantes do grupo. Essa reunião consistirá em: entrevistar pessoas que possam falar ou opinar a respeito do assunto, pesquisar e reunir informações, textos, curiosidades, dados estatísticos, fotos, etc.
- Organizem o material obtido e selecionem o que avaliarem como mais importante.
- Considerando o espaço que o jornal deverá ocupar, façam um esboço da reportagem, decidindo se haverá subtítulos ou divisões, boxes, tabelas, gráficos, etc.
- Decidam se o texto será mais objetivo ou se vocês querem expressar pontos de vista pessoais, mas lembrem-se de apresentar o assunto sob diferentes perspectivas.
- Ao escrever, procurem empregar uma linguagem adequada ao gênero, ao suporte, ao perfil dos interlocutores e à situação. Como um jornal mural exige uma leitura mais rápida, é importante que o texto seja organizado em partes curtas, com subtítulos. A linguagem não deve ser excessivamente formal ou técnica, a fim de que a leitura ocorra com facilidade e o texto seja compreendido nessa situação.

O último gênero trabalhado nessa unidade é a *mesa-redonda*, um gênero tipicamente oral. Neste caso, a abordagem é diferente. Os autores começam apresentando as características e ressaltando tratar-se de um gênero oral. No entanto, antes de solicitar a realização de uma atividade oral, várias produções escritas são propostas. No box “Produzindo a mesa-redonda”, a primeira atividade solicitada é a produção de um texto de opinião.

PRODUZINDO A MESA-REDONDA

A classe deve ser organizada em cinco grupos, de modo que cada um seja responsável pela pesquisa e produção de um texto de opinião, de 30 a 50 linhas, a ser apresentado durante a mesa-redonda.

Os textos devem traduzir a opinião do grupo em relação à seguinte questão: Até que ponto os meios de comunicação devem ser censurados a fim de evitar discriminação a grupos que tradicionalmente sofrem preconceitos na sociedade?

Na seqüência, são apresentados mais dois boxes “Planejando o texto” e “Revisão e reescrita” ambos relacionados ao texto escrito. Apenas no final da unidade, no box “Realização da mesa-redonda” é que são dadas as orientações para a atividade oral.

REALIZAÇÃO DA MESA-REDONDA

Professor: Se possível, promova a realização do evento no auditório da escola. Caso não haja auditório, organize as carteiras da sala de aula de modo que se obtenha uma "mesa" para os participantes e cadeiras suficientes para a plateia.

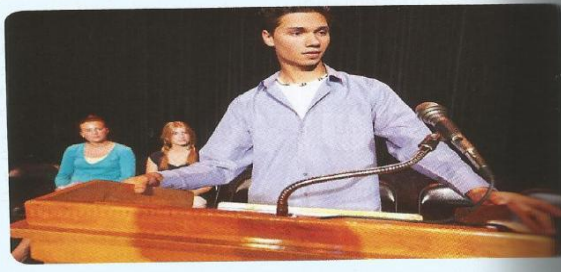
Para participar do evento, devem ser convidados a direção da escola, coordenadores, professores, funcionários, familiares, amigos e pessoas da comunidade.

Com a coordenação do moderador, os trabalhos devem se desenrolar de acordo com os procedimentos citados anteriormente, como, por exemplo, abertura, apresentação dos participantes, encerramento, etc. Na 1ª rodada, os expositores leem o texto de opinião preparado ou falam sobre o tema. A plateia deve ouvir silenciosamente, aguardando sua vez de participar. Quando chegar a vez da participação da plateia, a pessoa pode se dirigir a um dos expositores ou a todos. No caso de a observação ou pergunta ser dirigida a todos, o moderador pode indicar um dos expositores para responder.

Na interlocução entre os membros da mesa-redonda e a plateia, predomina a norma-padrão da língua, embora possa haver maior ou menor grau de formalismo, de acordo com o grau de intimidade entre os interlocutores. Assim:

Professor: Procure incentivar a presença de familiares dos alunos e pessoas da comunidade no evento. A presença na plateia de pessoas de fora dá maior importância ao evento.

- Evitem certos hábitos da linguagem oral, como a repetição constante de palavras e expressões como *certo?*, *tipo*, *tipo assim*, *né?*, *ahnn...*, pois elas prejudicam a fluência na exposição.
- Estejam atentos ao sentido de vocábulos e conceitos relacionados ao tema para explicá-los à plateia, se houver necessidade.
- Durante a interlocução, se necessário, façam uso de expressões de reformulação, isto é, expressões que permitem retomar o sentido de uma palavra, um conceito, uma ideia complexa, como *isto é*, *quer dizer*, *como por exemplo*, *em outras palavras*, etc. Usem também expressões que confirmem continuidade ao texto, como *além disso*, *por outro lado*, *outro aspecto*, *apesar disso*, etc.



Desta feita, o foco recai sobre a oralidade. Embora a princípio haja uma oralização da escrita, há uma preocupação dos autores com a fala dos alunos, dando orientações de como o texto oral deve ser produzido e do tipo de linguagem que deve ser empregada. Além de apresentar a postura adequada para os produtores do gênero em destaque, o manual ainda traz um tópico sobre a avaliação da mesa-redonda que deve ser feita mediante a observação da *performace* dos participantes. Nesse caso, nada de escrito foi pedido.

A quarta unidade também é formada por onze capítulos e contempla dois gêneros textuais (a crítica, o editorial) além de dar início ao estudo do texto dissertativo. Nesta unidade é retomada a preferência pelos gêneros escritos e os orais são desconsiderados por completo.

Na realidade, o que se verifica no manual, como um todo, é uma predominância da escrita sobre a oralidade. Dos onze gêneros textuais apresentados, apenas um foi trabalhado como sendo um gênero oral. No que tange a parte de Literatura, Gramática e Interpretação textual, nenhuma atividade proposta remete à oralidade, fato que demonstra o quanto essa modalidade da língua ainda é relegada a segundo plano dentro das salas de aula.

Considerações finais

A importância da língua em sua modalidade oral na evolução da humanidade é inegável. A fala já existia muito antes da criação do alfabeto e conseqüentemente da escrita. Desde os primórdios, os antigos davam um jeito de comunicar algo aos seus sucessores através de desenhos como forma de perpetuar seu conhecimento. Nesse sentido, a escrita veio para guardar o oral e mantê-lo vivo para as gerações futuras.

Trabalhar a oralidade passa então a ser tarefa da escola, uma vez que é função dela preparar o educando para a vida prática. No entanto, a escola dificulta o trabalho com essa modalidade da língua e a trata como algo que só faz parte da vida pessoal do educando, relegando-a a um segundo plano. A escrita passa a ser o objeto de estudo, determinando a uniformidade da língua.

Agindo assim, a escola esquece de que deve preparar o aluno para enfrentar os desafios com essa modalidade lingüística no ambiente escolar e fora dele. Na sala de aula, o educando vai fazer uso da fala para apresentar seminários, debater, realizar entrevistas dentre tantas outras atividades. O trabalho com a oralidade no âmbito escolar permite ao aprendiz o domínio dessa modalidade, dando-lhe mais segurança ao fazer uso dela na em sua vida prática.

Apesar dos investimentos em educação virem aumentando nos últimos anos, na maioria das escolas, o livro didático continua sendo o instrumento mais utilizado pelo professor para ministrar suas aulas. Essa realidade exige que esse material seja muito bem elaborado e que o MEC seja bastante criterioso ao aprová-lo e recomendá-lo. O que não acontece com o Livro Didático de Português.

A análise realizada nos dois manuais de 2º ano demonstra que a afirmação feita anteriormente é perfeitamente comprovada. Os livros didáticos analisados não estão de acordo com o que é estabelecido pelos PCNs, sobretudo no que

tange ao ensino da língua na modalidade oral, pois como vimos, esses manuais abordam a oralidade de forma muito superficial, priorizando a escrita no ensino da língua materna. Agindo assim, eles estão na contramão das teorias educacionais que reconhecem a relevância da oralidade para o desenvolvimento pessoal e social do educando.

Essa constatação é no mínimo paradoxal já que o livro didático para chegar até às escolas, deve ser previamente aprovado e recomendado pelo MEC e como sabemos foi o próprio Ministério da Educação e Cultura que elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais para nortear o rumo da educação brasileira e conseqüentemente o trabalho do professor.

Pensemos então, o que justifica a aprovação e recomendação de um material que está em desarmonia com as teorias e normas pré-estabelecidas? O nó na educação brasileira já começa por aí.

Referências

AMARAL, Emilia, FERREIRA, Mauro, LEITE, Ricardo, ANTÔNIO, Severino. **Novas Palavras**. 2ed. São Paulo: FTD, 2010.

BENTES, Anna Cristina. Linguagem oral no espaço escolar: discutindo o lugar das práticas e dos gêneros orais na escola. In RANGEL, Egon de Oliveira e ROJO, Roxane Helena Rodrigues (coord). **Língua Portuguesa: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010, p.129-154.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CASTILHO, Ataliba. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 1998.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza C. **Português Linguagens**, 2 volume. 8ed. São Paulo: Atual, 2012.

FÁVERO, Leonor L., ANDRADE, M^a. Lúcia C.V.O., AQUINO, Zilda. Reflexões sobre oralidade e escrita no ensino de Língua Portuguesa. In Elias, Vanda Maria. **Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCUSCHI, Luis Antônio. A oralidade e o ensino de língua: uma questão pouco falada. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva e BEZERRA, Maria Auxiliadora. **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba: Linguagens, Códigos e Suas tecnologias**. João Pessoa, 2006.

TAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: Uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo grau**. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.